

## O TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: PARTICULARIDADES NO ÂMBITO PRIVADO

Maiara Lopes\*  
Mônica Cavaignac\*\*

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o trabalho docente no contexto das transformações no mundo do trabalho, principalmente a partir do processo de reestruturação produtiva, cujas consequências afetam diretamente as condições e relações de trabalho da classe trabalhadora. Desse modo, sua ênfase recai sobre docentes inseridos no circuito da mercantilização do ensino, ou seja, aqueles que trabalham no âmbito privado. Tal análise fundamenta-se no arcabouço teórico-metodológico da teoria social crítica e configura-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, apoiada nas contribuições de autores contemporâneos, como Giovanni Alves (2000), Ricardo Antunes (2007), David Harvey (2011), Richard Sennett (2010), Geraldo Pinto (2010), José Paulo Netto (2011), Maiara Lopes (2012), Marieta Koike (2009), Marilda Iamamoto (2011), François Chesnais (1996), Vera Lúcia Chaves (2010), Elaine Behring (2008) e o clássico Karl Marx (1985; 2011). O artigo estrutura-se em três partes: a primeira refere-se ao contexto da crise e restauração do capital, abordando as transformações no mundo do trabalho ocorridas nas últimas décadas; a segunda aborda os pormenores do trabalho docente na esfera privada; e, por fim, apresentam-se as considerações finais, cujos apontamentos põem em relevo as manifestações da precarização do trabalho docente na sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** Trabalho docente. Reestruturação produtiva. Mundo do trabalho.

### 1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos de 1970, ao enfrentar uma crise de caráter estrutural, que se distingue das crises cíclicas que acompanham a história do capitalismo, o capital articula, em nível global, um processo de reestruturação dos modelos de produção e de regulação social que tem como consequências imediatas o desemprego, a

---

\* Assistente Social pela Faculdade Cearense (FaC). Especializanda em Serviço Social, Seguridade Social e Legislação Previdenciária pela Faculdade Rátio/Pótere. Email: maiaraservicosocial@hotmail.com

\*\* Assistente Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora do curso de Serviço Social da UECE. Email: monicacavaignac@bol.com.br.

precarização do trabalho e a desregulamentação dos direitos sociais da classe trabalhadora. Conforme assinala Chesnais (1996), trata-se da *mundialização do capital*, processo que se estrutura no seguinte tripé: reestruturação produtiva, financeirização e neoliberalismo.

A reestruturação do capital dá-se num momento em que o padrão de acumulação vigente por quase todo o século XX – o fordismo – entra em crise, não sendo mais capaz de extrair superlucros, dado seu esgotamento. Emerge, então, outro padrão de acumulação – a chamada *acumulação flexível*<sup>1</sup> –, cujas características, embora se mesquem a alguns traços do padrão anterior, tornam-se fortes tendências, no sentido de acumular riquezas a partir da redução de custos e do aumento da produtividade do trabalho, sobretudo pela intensificação da exploração dos trabalhadores.

Nessa conjuntura de crise e restauração, o capital financeiro – também denominado especulativo ou fictício – expande-se em larga escala na economia mundial, em detrimento do capital produtivo, o qual – deve-se ressaltar – serve de pilar de sustentação ao primeiro, uma vez que o crescimento das finanças é fruto dos lucros não reinvestidos na esfera da produção, bem como de salários e rendimentos retidos pela via fiscal, aplicados nos fundos de aposentadoria ou destinados ao consumo a crédito (IAMAMOTO, 2011).

Como superestrutura de comando político do capital – nos termos de Mészáros (2011) –, o Estado redefine suas funções sociais, transferindo grande parte delas para a iniciativa privada e cria as condições para a flexibilização das relações entre capital e trabalho. Dessa forma, opera o que Behring (2008) chama de contrarreforma, tendo em vista a ofensiva neoliberal às pretensas conquistas sociais formalizadas na Constituição de 1988, no período de redemocratização da sociedade brasileira. Assim, nos dizeres de Netto (2011), o Estado torna-se mínimo para o social, configurando-se, por outro lado, como um verdadeiro comitê executivo da burguesia, indispensável à classe dominante e de máxima intervenção para a reprodução do sistema vigente.

---

<sup>1</sup> O termo *acumulação flexível* é uma denominação de David Harvey (2011) para o modelo de acumulação capitalista que emerge nos anos 1970.

Os elementos supramencionados – os quais dão forma ao processo de mundialização do capital – constituem o quadro em que se inscreve o trabalho docente, especialmente quando a educação torna-se mercadoria e o professor transforma-se num trabalhador produtivo, isto é, aquele que produz mais-valia (MARX, 1985). Desse modo, assim como qualquer trabalho que se opera sob o comando do capital, ele é atingido pela reestruturação produtiva e pelas transformações societárias que a acompanham, sendo permeado, é claro, pelas peculiaridades que o distinguem na divisão sociotécnica do trabalho.

## **2 CONTEXTO DA CRISE E RESTAURAÇÃO DO CAPITAL: TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E IMPLICAÇÕES NA ATIVIDADE DOCENTE**

O processo de reestruturação produtiva – estratégia de enfrentamento à crise<sup>2</sup> do capital – está circunscrito a uma série de mudanças socioeconômicas, políticas e culturais que apontam para a crescente substituição do modelo de produção taylorista/fordista<sup>3</sup> pelo modelo de acumulação *flexível*. Este último é marcado pela flexibilidade produtiva, isto é, pela capacidade de fabricar grande quantidade de produtos diferenciados em curto espaço de tempo. Caracteriza-se, ainda, pela flexibilização das relações de trabalho, dos mercados, do consumo, entre outros elementos (ANTUNES, 2007; PINTO, 2010).

Com a acumulação flexível, novas formas de organização do trabalho entram em cena, a exemplo do modelo toyotista (ou modelo japonês), caracterizado, entre outros fatores, por agregar tecnologias poupadoras de mão-de-obra, com

---

<sup>2</sup> A crise contemporânea tem como expressão fenomênica a crise do modelo de produção taylorista/fordista, que está associada, entre outros aspectos, à incapacidade de absorção da mão-de-obra existente, a qual encontrava-se mais politizada – devido às suas conquistas sociais obtidas na década de 1960 –, e, portanto, mais cara à classe patronal; ao súbito aumento do preço do petróleo e às constantes desvalorizações da moeda americana, as quais foram fontes propulsoras dos crescentes investimentos internacionais em capitais financeiros; ao aumento do capital especulativo em detrimento do capital produtivo; dentre outros fatores. (ANTUNES, 2007; HARVEY, 2011).

<sup>3</sup> O modelo taylorista/fordista caracteriza-se pela extrema subdivisão de tarefas que torna o trabalhador altamente especializado, prescindindo, portanto, de uma mão-de-obra qualificada. Trata-se de um modelo de produção em série, em larga escala, de caráter vertical e de produtos padronizados, pautado numa gestão de formato rígido e hierárquico (ANTUNES, 2007).

métodos de intensificação do trabalho (*kanban, kaizen, just in time* etc.); pela flexibilização da produção e pela personalização dos produtos aos desejos da *clientela*.

Anunciam-se, portanto, transformações no mundo do trabalho que vêm se refletindo, de forma pormenorizada, nas diversas ocupações inscritas na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista. Assim, uma vez inscrita no circuito da mercantilização e, portanto, da valorização do capital, a força de trabalho do professor passa a ser uma mercadoria como outra qualquer, também sendo atingida pela reestruturação produtiva.

Neste sentido, é preciso caracterizar brevemente o capitalismo contemporâneo, cuja direção é assentada sobre as bases do neoliberalismo<sup>4</sup>, quais sejam: desregulamentação dos mercados; retração dos gastos públicos; redução do Estado a dimensões mínimas na esfera social – limitando-se à manutenção da ordem, segurança e administração de questões judiciais; e privatização dos serviços públicos.

No Brasil, o modelo neoliberal – um dos tentáculos da mundialização do capital – é evocado por Behring (2008) como a contrarreforma do Estado. No âmbito educacional, as diretrizes desse ideário manifestam um contexto de desvalorização do trabalho docente, articulada ao sucateamento da universidade pública e ao fomento da privatização da educação superior. Estas circunstâncias atingem o trabalho docente, conferindo-lhe condições precárias de realização, a começar pela flexibilização da relação contratual, como, por exemplo, o contrato horista – comum nas faculdades privadas –, ou o contrato de professor substituto – comum nas universidades públicas –, os quais, não obstante o vínculo formal são formas precárias de trabalho. Ademais, as subcontratações desdobram-se em baixos salários e na insegurança em relação ao emprego e à renda. Conforme assinala Sennett (2010), no *novo capitalismo*, de cariz flexível, o trabalho traz também conseqüências pessoais como a convivência num ambiente de *risco* e a sensação de estar à *deriva*.

---

<sup>4</sup> As diretrizes neoliberais para os países capitalistas, sobretudo para os países periféricos, são decididas num encontro denominado “Consenso de *Washington*”, ocorrido na capital dos Estados Unidos da América (EUA), no final do ano de 1989. A este respeito, ver Behring (2008).

Neste sentido, a reestruturação produtiva caracteriza-se pela tendência ao enxugamento do quantitativo de trabalhadores, o que, além de reduzir custos, termina por desmobilizar politicamente a classe trabalhadora, cada vez mais fragmentada e submetida aos ditames do capital, dado o aumento do desemprego e da concorrência. No universo do trabalho docente, o acúmulo de disciplinas e a sobrecarga de atividades acadêmicas lançadas ao professor expressam essa realidade. Ao ter seus vencimentos vinculados à quantidade de horas/aula ministrada, ele acaba tendo de lecionar para várias turmas, comumente numerosas, tendo, por conseguinte, mais tarefas a desempenhar e, muitas vezes, em mais de uma Unidade de Ensino.

Vale dizer que, quanto mais atividades realiza o professor (planejamento de aulas, elaboração e correção de avaliações etc.), mais se estende a sua jornada de trabalho, considerando que a docência transcende os muros da faculdade. Pouco tempo lhe resta, portanto, para a pesquisa, para a produção científica e para a organização política, uma vez que os laços sociais tornam-se efêmeros em meio à busca pela sobrevivência.

Configura-se, desse modo, a predominância do “aulismo” (KOIKE, 2009), em detrimento da articulação do tripé “ensino, pesquisa e extensão”. Por outro lado, envolvido numa lógica que exalta a competência, a eficiência e a produtividade, o docente é chamado a desenvolver projetos de pesquisa, participar de eventos científicos, produzir e publicar artigos, tendo de desdobrar-se entre a sala de aula que remunera e a pesquisa que aprimora.

Nesse “malabarismo”, o professor tem seu tempo livre bastante reduzido, afastando-se, muitas vezes, de familiares e amigos, bem como de atividades que lhe proporcionam realização pessoal, para dedicar-se ao ofício pelo qual alimenta certa paixão, no entanto o exerce em condições precárias. No que toca às mulheres docentes, haja vista a sua histórica *dupla jornada de trabalho*, o tempo livre é menor ainda.

Como o trabalho docente já exige, por sua própria peculiaridade, muito esforço, não são raros os problemas de saúde decorrentes de sua intensificação, tais como: estresse; cansaço físico-mental; rouquidão; problemas posturais, devidos ao longo tempo em posição ortostática; entre outros. Sob as condições que aqui

estão sendo narradas, o sofrimento físico e psíquico do professor tende a se elevar, sobretudo numa conjuntura de coisificação do ser humano (MARX, 2011), na qual este tem tantas tarefas a executar que adoecer parece-lhe “inviável”.

### **3 O TRABALHO DOCENTE NA ESFERA PRIVADA: O APROFUNDAMENTO DA SUBSERVIÊNCIA**

Antes de qualquer afirmação, é preciso dizer que nesta seção não se trata de apontar este ou aquele espaço ocupacional como *melhor* ou *pior* para se trabalhar, uma vez que é sabido que os professores da universidade pública também são atingidos pela precarização, fruto das mudanças atuais no mundo do trabalho. Logo, não se pode “santificar” o âmbito público e “satanizar” o âmbito privado ou vice-versa. Contudo, faz-se mister assinalar que o trabalho do professor na esfera privada ocorre sob o viés de um jugo mais profundo, conforme é demonstrado daqui em diante.

A proliferação dos cursos de nível superior na esfera privada vem atingindo índices descomunais<sup>5</sup>, o que configura outro espaço de trabalho para os professores, diferente da esfera pública, em condições de considerável precarização, haja vista ocorrer sob a forma de subcontratação, ou seja, contrato “horista”, que, *grosso modo*, remunera o professor apenas pelo tempo em sala de aula.

É possível afirmar que a esfera privada aprofunda a subserviência do trabalho ao capital, não somente devido à relação contratual, mas também por conta das condições gerais de trabalho, sobretudo no que toca o agravamento da subsunção dos processos pedagógicos, das formas e do processo de organização

---

<sup>5</sup> De acordo com Chaves (2010, p. 494), “um sinal de que a exploração mercantil da educação se tornou um bom negócio pode ser constatado pelo faturamento apresentado pelas empresas que atuam nesse setor, que tiveram um crescimento significativo, de mais de 25%, passando de R\$ 44 bilhões, em 2002, para R\$ 55 bilhões, em 2008. Seus lucros passaram a ser comparáveis, proporcionalmente, a empresas de grande porte, como a Vale do Rio Doce, a Gerdau e a PETROBRÁS”.

do trabalho docente, da produtividade científica submissa à lógica produtivista, dos sistemas de avaliação sujeitos à razão privatista<sup>6</sup>, entre outros elementos.

As faculdades privadas, em geral, com processos seletivos menos criteriosos que as universidades públicas, inserem indivíduos demasiadamente vulneráveis quanto às habilidades necessárias ao âmbito acadêmico. Pessoas que possuem dificuldades herdadas do frágil ensino médio e fundamental, com déficit de aprendizagem, de interpretação de texto, de leitura e de linguagem escrita. Nesse contexto, surge em torno dos professores uma pressão: eles são concebidos como verdadeiros *redentores* no processo de formação profissional de nível superior, sendo responsabilizados pelo desempenho dos estudantes. Em outras palavras, é a subversão da atividade docente, cujo caráter torna-se mais tutelar do que libertário.

Outros elementos fazem parte da dinâmica das faculdades particulares, como: a vigilância sobre os professores, expressa, por exemplo, no ponto eletrônico, que registra a permanência do trabalhador na instituição; a cobrança exacerbada em relação aos prazos e metas, o que diminui a capacidade criativa e teleológica dos professores, numa perspectiva utilitarista, alheia ao estímulo da criticidade e da emancipação da coletividade; a polivalência; e uma inexpressividade política imanente ao ambiente privado.

A relação aluno-professor, no espaço privado, ganha outras conotações, principalmente por parte do aluno, o qual, muitas vezes, mais em busca do diploma de graduação do que de uma formação profissional de qualidade, assume integralmente o papel de cliente, exercendo sobre o professor uma certa pressão para que seja aprovado e, assim, atinja seu objetivo, já que, pela lógica do mercado, o cliente deve receber a mercadoria pela qual pagou.

Em suma, os resultados deste estudo demonstram serem as condições de trabalho docente no âmbito privado bastante precárias, uma vez caracterizadas pela subcontratação; pelos rendimentos incertos; pelas jornadas de trabalho intensas e extenuantes; pela fragilização da saúde; pelo enaltecimento do “aulismo” em detrimento da pesquisa e da extensão. É urgente, portanto, a articulação e

---

<sup>6</sup> Lopes (2012), em sua monografia intitulada *Entre a paixão e a precarização: condições do trabalho docente no contexto da mercantilização do ensino superior* aponta um método avaliativo muito “peculiar” numa determinada faculdade privada da cidade de Fortaleza. Vale a pena conferir, a fim de materializar a sujeição do trabalho docente quanto a alguns métodos de avaliação.

mobilização política em busca de melhorias das condições de trabalho e da ampliação dos direitos dos professores.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo da história do capitalismo, sucederam-se crises que culminaram em mudanças nas formas de organização da produção e do trabalho, bem como nos modelos de regulação da vida social. Na conjuntura da crise estrutural dos anos de 1970, instala-se no mundo uma reestruturação produtiva que altera substancialmente a materialidade e a subjetividade da classe trabalhadora, cujas condições de trabalho assentam-se numa precarização internacionalmente generalizada, ou, em outras palavras, firmam-se sobre a mundialização da superexploração do trabalho alheio.

Neste sentido, o trabalho do professor, indissociável de sua condição de trabalhador assalariado, está sujeito às premissas da servidão inerente à sociedade burguesa, uma vez que o seu dispêndio de energia vital é tratado no capitalismo como mercadoria qualquer a ser vendida e, portanto, submetido a todo tipo de imposições e constrangimentos.

O capitalismo contemporâneo é o tempo da sujeição do trabalho ao capital, do retrocesso dos direitos, do desmonte da organização política da classe trabalhadora, da pauperização generalizada na mesma direção da gigantesca acumulação de riquezas.

Dessa maneira, o trabalho docente encontra-se no fio da navalha do capital, num contexto de valorização da lógica burguesa, onde a precarização do trabalho mescla-se à precarização da educação. Inserido no “novo (e precário) mundo do trabalho” (ALVES, 2000), o professor tem sua autonomia intelectual diminuída, sujeita aos ditames da nova ordem *flexível*, cujo desdobramento é o empobrecimento do espaço acadêmico. Em meio a tarefas de caráter antipedagógico, o professor tem seu trabalho limitado a um verdadeiro adestramento

ao mercado de trabalho, no sentido de atender as necessidades de reprodução do capital em detrimento de uma educação crítica e emancipada.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 9 ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. IN: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, Junho de 2010. Artigo disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010173302010000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302010000200010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 03 de novembro 2012.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 21 ed. São Paulo: Loyola, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOIKE, Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. IN: **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPS, 2009.

LOPES, Maiara. **Entre a paixão e a precarização:** condições do trabalho docente no contexto da mercantilização do ensino superior. 109 f. 2012. Monografia de graduação. Faculdade Cearense – FaC. Fortaleza, 21 de dez/2012.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. 29 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** resultados do processo de produção imediata. Capítulo VI Inédito. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 15 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.